

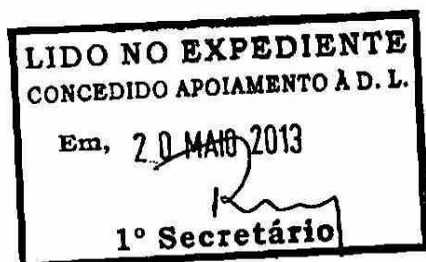


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI 199/2013



Súmula: Declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DOS CONJUNTOS DOM BARUSSO, DOM LUIS E TERRA NOSTRA - ASMOBALUTEN, com sede e foro no município Curitiba.

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DOS CONJUNTOS DOM BARUSSO, DOM LUIS E TERRA NOSTRA ASMOBALUTEN, com sede e foro no município Curitiba.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 2013.

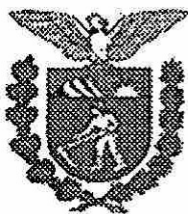

TONINHO WANDSCHEER
Deputado Estadual

Justificativa:

Trata-se de associação civil de direito privado e de caráter social, sem fins lucrativos, constituída em 19 de julho de 2011, tendo por finalidade entre outras, prestar atendimento aos moradores dentro de sua área de abrangência, em reivindicações na área da habitação, cultura, segurança, saúde, dentre outras que objetivem o bem-estar da comunidade, bem como a proteção do meio ambiente.

A documentação anexa ao presente demonstra que a Instituição preenche os requisitos exigidos pela Lei nº 16.888, de 01 agosto de 2011, e demais dispositivos aplicáveis à matéria, merecendo portanto o apoio dos nobres pares desta Casa à sua aprovação.

14156 20/05/2013 004394 DPF ASS. LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 199/2013

Projeto de Lei nº. 199/2013

Autor: Deputado Toninho Wandscheer

Súmula: Declara de Utilidade Pública a **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DOS CONJUNTOS DOM BARUSSO, DOM LUIS E TERRA NOSTRA- ASMOBALUTEN**, com sede e foro no Município de Curitiba.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Toninho Wandscheer, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DOS CONJUNTOS DOM BARUSSO, DOM LUIZ E TERRA NOSTRA – ASMOBALUTEN**, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

No entanto, a fim de retificar a Súmula e o Artigo da entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública Estadual, sugere-se a **Emenda Substitutiva geral** em anexo, com fulcro no artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

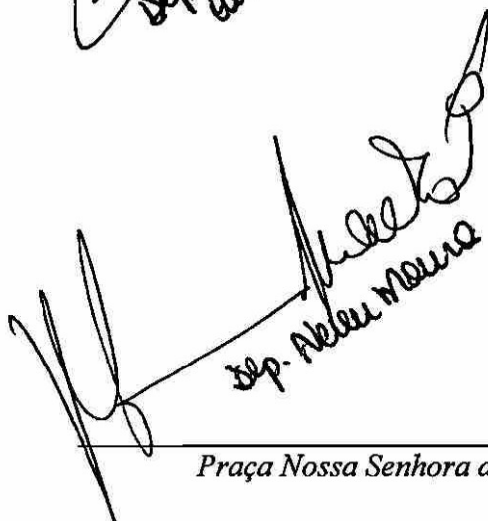
Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL** em anexo.


Sala das Comissões, em 11 de junho de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR

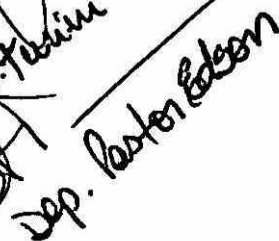

Dep. Bernardo Azeiteiro


Dep. Alex Moura


Dep. Luciano


Dep. Walter


Dep. Tarciso


Dep. Pastor Edison



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 199/2013

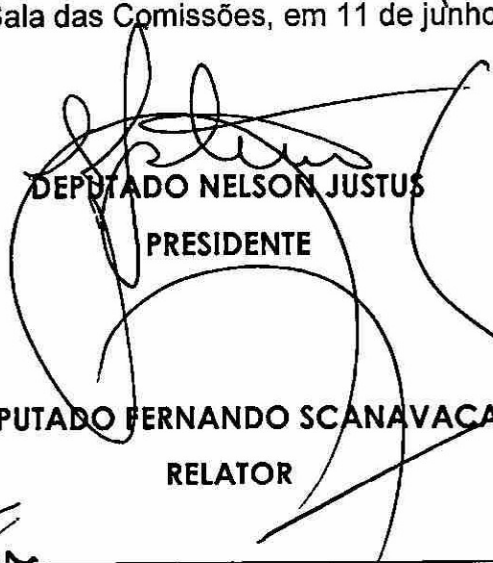
De acordo com o que determinam o artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 199/2013, passa a contar com a seguinte redação:

SÚMULA - Declara de Utilidade Pública a **Associação de Moradores dos Conjuntos Dom Barusso, Dom Luis e Terra Nostra (ASMOBALUTEN)**, com sede e foro no Município de Curitiba.

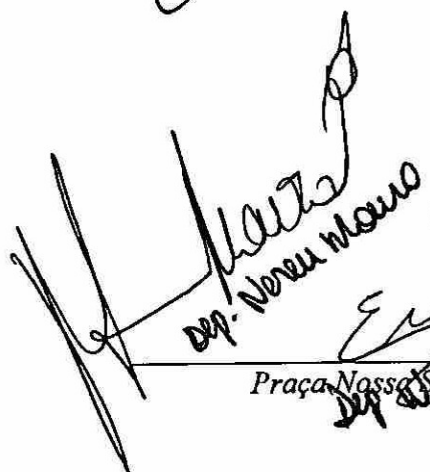
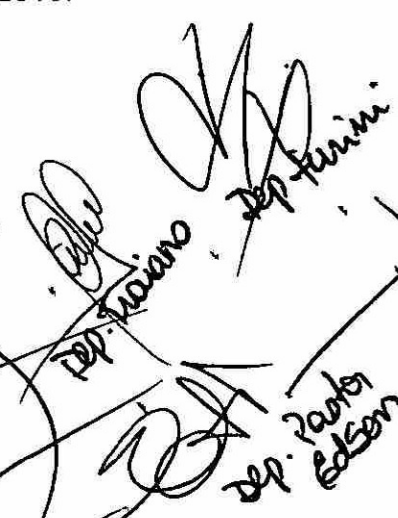
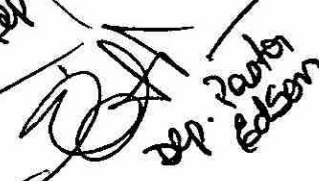

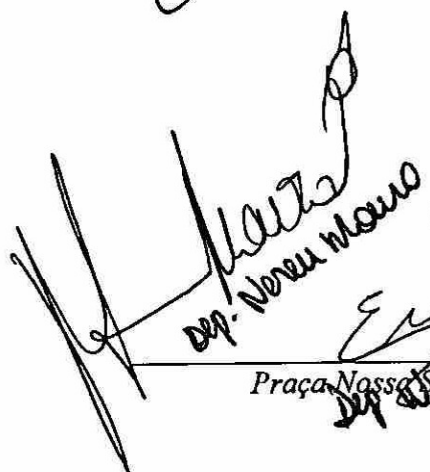
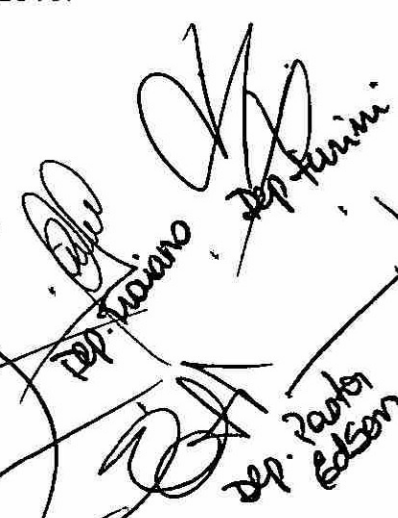
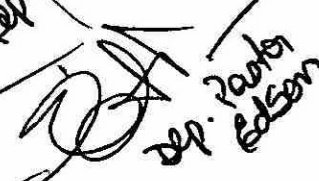

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a **Associação de Moradores dos Conjuntos Dom Barusso, Dom Luis e Terra Nostra (ASMOBALUTEN)**, com sede e foro no Município de Curitiba.

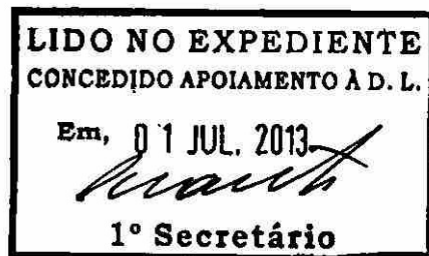
Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 11 de junho de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR









Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

NETO Nº 18/13

OF/CTL/CC nº 159/2013.

Curitiba, 25 de junho de 2013.

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 27/06/13

[Assinatura]
Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 099/2013-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 344/2012, por considerá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

O Projeto de Lei em questão tem como objetivo instituir nova obrigação às empresas prestadoras de serviços de TV por assinatura situadas no Estado Paraná, obrigando-as a instituírem escritórios regionais para atendimento pessoal nas microrregiões para cada grupo de cem mil habitantes.

A justificativa para tanto foi apresentada nos seguintes termos:

O Projeto de Lei ora apresentado é uma iniciativa para garantir o direito do consumidor visando à melhoria da qualidade dos produtos e serviços das empresas de TV por assinatura.

Geralmente os denominados *call center* não são eficazes e não satisfazem os clientes que, ao tentarem reclamar de um serviço que não está sendo prestado adequadamente, não conseguem efetivar o cancelamento do mesmo.

A obrigatoriedade da implantação de um escritório regional para cada grupo de cem mil habitantes pretende agilizar o atendimento dessas empresas com a garantia de qualidade ao cidadão.

Argumenta-se que a edição da lei fundamenta-se na proteção ao consumidor, com amparo na competência fixada no art. 24, V da Constituição Federal de 1988, que permite que a União, os Estados e o Distrito Federal legislem concorrentemente sobre produção e consumo.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot.nº 11.595.518-7

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br

14:47 01/07/2013 005685 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Entretanto, no presente caso, não é possível uma interpretação isolada, sem considerar outros dispositivos constitucionais, especialmente o art. 22, IV, da Constituição Federal de 1988, que determina a competência privativa da União para legislar sobre telecomunicações.

O conflito entre esses dois dispositivos já foi objeto de discussão no Supremo Tribunal Federal em inúmeras ocasiões, tendo-se chegado à conclusão de que a competência concorrente para legislar sobre direito do consumidor não pode se sobrepor à competência privativa da União para legislar sobre telecomunicações, especialmente considerando que se trata de serviço de competência desse ente federativo.

Em casos similares, já foi decidido:

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTIGOS 1º E 2ª DA LEI 18.403/2009, DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **OBRIGAÇÃO DE O FORNECEDOR INFORMAR, NO INSTRUMENTO DE COBRAÇA ENVIADO AO CONSUMIDOR, A QUITAÇÃO DE DÉBITOS ANTERIORES. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE TELECOMUNICAÇÕES. OFENSA AOS ARTIGOS 21, XI, 22, IV, e 175, PARÁGRAFO ÚNICO, I e II, TODOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. LIMINAR DEFERIDA. I – Norma estadual que imponha obrigações e sanções para empresas, dentre as quais as prestadoras de serviços de telecomunicações, não previstas nos contratos previamente firmados com a União, a qual detém a competência privativa para legislar em tais casos, viola, à primeira vista, o Texto Constitucional, conforme **pacífica jurisprudência deste Tribunal**. II – Medida cautelar deferida para suspender, até o julgamento final desta ação, a aplicação dos artigos 1º e 2º da Lei 18.403, de 28/9/2009, do Estado de Minas Gerais, tão somente em relação às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações delegados pela União. (ADI 4533 MC / MG Min. RICARDO LEWANDOWSKI – 25/08/2011 - Tribunal Pleno)**

EMENTA: Ação direta de inconstitucionalidade. 2. Lei estadual n. 13.921/2007, de Santa Catarina. 3. Serviço público de telecomunicações. 4. Telefonia fixa e móvel. 5. **Vedação da cobrança de tarifa de assinatura básica.** 6. **Penalidades.** 7. **Invasão da competência legislativa da União.** 8. **Violação dos artigos 21, XI, 22, IV, e 175, parágrafo único, da Constituição Federal.** Precedentes. 9. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente. (ADI 3847/SC Min. GILMAR MENDES - 01/09/2011 - Tribunal Pleno)

EMENTA: Ação direta de inconstitucionalidade. 2. Lei Distrital n.3.426/2004. 3. Serviço público de Telecomunicações. 4. Telefonia fixa. 5. **Obrigações de discriminar informações na fatura.** 6. **Definição de ligação local.** 7. **Disposições sobre ônus da prova, termo de adequação e multa.** 8. **Invasão da competência legislativa da União.** 9. **Violação dos artigos 22, incisos I, IV, e 175, da CF.** Precedentes. 10. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente. (ADI 3.322, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe 04.03.2011)



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Como já foi dito, a matéria tratada no Projeto de Lei nº 344/12, qual seja: "obrigação imposta às empresas prestadoras de serviços de TV por assinatura, situadas no Estado do Paraná, de instituírem escritórios regionais para atendimento nas microrregiões para cada grupo de cem mil habitantes", por força do art. 21, XI, da CF/88 só pode ser imposta pela União, ainda que indiretamente.

Da mesma maneira, enquanto o art. 22, IV da Carta Magna impõe a competência privativa da União para legislar sobre esses mesmos serviços, o art. 175 fixa que cabe ao Poder Público a prestação dos serviços públicos e o estabelecimento de normas sobre os seguintes temas: I - o regime das empresas concessionárias, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão; II - os direitos dos usuários; III - política tarifária; e IV - a obrigação de manter serviço adequado.

Esses são os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHÁ

Governador do Estado



Projeto de Lei nº 344/2012

(Autoria do Deputado Gilberto Ribeiro)

Dispõe medidas para que as empresas prestadoras de serviços de TV por assinatura situadas no Estado do Paraná mantenham escritórios regionais nas microrregiões para atendimento pessoal.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º As empresas prestadoras de serviços de TV por assinatura situadas no Estado do Paraná deverão instituir um escritório regional para atendimento pessoal nas microrregiões para cada grupo de cem mil habitantes.

Art. 2º O referido escritório deverá disponibilizar funcionários para efetuar atendimento pessoal aos clientes.

Art. 3º O descumprimento do disposto nesta Lei implicará nas sanções previstas no art. 56 do Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a forma de fiscalização.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor no prazo de cento e vinte dias a partir de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 11 de junho de 2013.


Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente


Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário


Deputado ADEMIR BIER
2º Secretário



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 18/2013

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 18/2013

AUTOR: PODER EXECUTIVO

SÚMULA: Veta o Projeto de Lei nº 344/2012, de autoria do Deputado Gilberto Ribeiro, que dispõe medidas para que as empresas prestadoras de serviços de TV por assinatura situadas no Estado do Paraná mantenham escritórios regionais nas microrregiões para atendimento pessoal.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CF. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei nº 344/2012, de autoria do Deputado Gilberto Ribeiro, que dispõe medidas para que as empresas prestadoras de serviços de TV por assinatura situadas no Estado do Paraná mantenham escritórios regionais nas microrregiões para atendimento pessoal, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado, pelo uso das atribuições previstas no artigo 71, §1º da Constituição Federal Brasileira.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em



parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

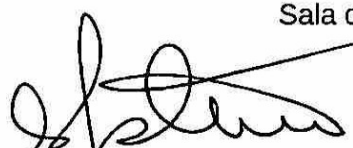
Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 344/2012 foi enviado à sanção e recebido pelo Poder Executivo em data de 12 de Junho de 2013, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 18/2013, foi exarada em data de 25 de Junho de 2013, sendo desta maneira tempestivo.


Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.

CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 09 de Julho de 2013.


DEP. NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEP. PR. EDSON PRACZYK
RELATOR

APROVADO

09.07.13

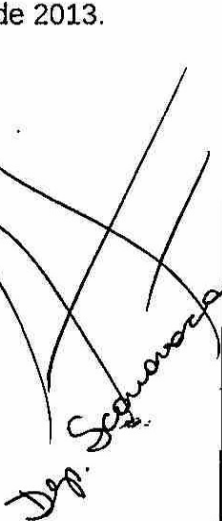

Dep. Péricles


Dep. Ruymin


Dep. Turini


Dep. Weller


Dep. Sraiano


Dep. Siqueira


Dep. Hermes Jr.


Dep. Haren